

USOS PEDAGÓGICOS DO IDEB: O QUE DIZEM OS PROFESSORES

Frederico Alves Almeida¹

Introdução

As avaliações externas da educação brasileira, realizadas em larga escala, foram introduzidas a partir do início da década de 1990 e, desde então, têm sido ampliadas como uma forma de análise da educação em todo o Brasil. Apesar da difusão destas avaliações, alguns de seus dados resultantes ainda são utilizados predominantemente no meio acadêmico, enquanto outras informações gradativamente se popularizam no ambiente escolar e na sociedade em geral. Nesse sentido, talvez o indicador mais conhecido das avaliações sistêmicas seja o Índice de Desenvolvimento da Educação básica (Ideb), cujas notas são amplamente divulgadas pelas redes de ensino e pela mídia em geral.

Este trabalho tem como objetivo de apreender em que medida professores da educação básica conhecem o Ideb e o utilizam como um instrumento de avaliação e planejamento pedagógico. O texto está dividido em quatro seções: além desta introdução, há um breve histórico das avaliações externas no país, seguido da descrição da metodologia utilizada na pesquisa e de seus resultados, que serão resumidos nas conclusões.

As avaliações externas

As primeiras tentativas de se elaborar avaliações externas, no Brasil, ocorreram na década de 1980. O programa mais conhecido foi chamado EDURURAL – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino no Meio Rural do Nordeste Brasileiro, e se concentrou nos Estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, avaliando estudantes da 2ª e 4ª séries do ensino fundamental (CERDEIRA, 2015). Nesse mesmo período, diversos outros países iniciaram um movimento de criação de avaliações em larga escala de seus sistemas de ensino, movimento que o Brasil seguiu nos anos seguintes com a tentativa de construção do Sistema de Avaliação do Ensino de Primeiro Grau (SAEP).

¹ Mestrando na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Email: fredericoalves@ufmg.br.

A promulgação da Constituição de 1988 e, posteriormente, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei Nº 9394/96), estimulou a cobrança, pelo poder público, da garantia de padrões mínimos de qualidade na educação. A LDB define claramente em seus artigos 3º e 4º que

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

IX - garantia de padrão de qualidade;

Art. 4º. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...]

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Com isso, surgiu a necessidade de instrumentos de avaliação da educação que fossem além do fluxo e rendimento (aprovação, reprovação e abandono), medindo também o aprendizado dos estudantes brasileiros, o que inclusive justificou a ampliação das avaliações em larga escala padronizadas no país (SOARES; XAVIER, 2013).

Em 1990, o SAEP foi substituído pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), um programa de avaliação em larga escala da educação brasileira com uma proposta de maior alcance, a ser realizado bianualmente. Na esteira do SAEB, alguns sistemas de ensino também criaram seus próprios programas de avaliação em larga escala, como o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), ou o Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ). Em comum, todos estes programas avaliam o desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática nos anos finais de cada etapa de escolaridade. Reestruturado em 2005, o SAEB é composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), aplicada a estudantes das redes públicas e privadas do país, localizados na área rural e urbana e matriculados no 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio; e pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), também conhecida como Prova Brasil, aplicada a todos os alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, em escolas com pelo menos vinte alunos matriculados em cada série avaliada.

Entre os indicadores construídos a partir dos dados sobre a educação coletados pelo SAEB, o mais importante e conhecido é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que

Agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de zero a 10 e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema (FERNANDES, 2007).

Elaborado em 2006, o Ideb é calculado a partir do desempenho dos estudantes em leitura e matemática aferido pelos testes, agregado ao fluxo escolar, de modo que uma boa nota no índice seja o resultado da combinação entre um bom desempenho nos conteúdos e uma baixa reprovação e abandono escolar. Os dados utilizados para o cálculo do Ideb, como a proficiência dos estudantes e as taxas de rendimento, estão disponíveis para consulta na *homepage* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Amplamente divulgado pelos sistemas de ensino e pela mídia, o Ideb tem se tornado a informação mais conhecida e discutida pela população em geral sobre a qualidade das escolas públicas brasileiras. Além disso, o governo projeta metas do Ideb a serem alcançadas no próximo biênio, de modo que seja possível acompanhar o desenvolvimento das escolas em termos de melhoria do aprendizado, tanto pelo poder público como pela sociedade.

Entretanto, elogios e críticas não faltam ao diagnóstico da educação brasileira, realizado por meio do Ideb. Alves (2007) considera positivo o diagnóstico mais preciso da qualidade na educação a partir das avaliações em larga escala, mesmo que estas apontem para resultados insatisfatórios ou abaixo de metas e expectativas definidas. Ainda, os sistemas que aderiram há algum tempo às avaliações externas têm apontado melhora no desempenho dos seus alunos.

Por outro lado, há críticas à forma como o Ideb vem sendo utilizado para as listas ou *rankings* de escolas, sem que se considerem outras características que também podem

influenciar a qualidade do ensino nas instituições (FREITAS, 2005). Outra crítica comum tem sido a imposição dos conteúdos cobrados nos testes do Saeb ao currículo das redes de ensino, com o objetivo de apenas melhorar a posição das escolas. De qualquer modo, as considerações sobre vantagens ou desvantagens do indicador só torna mais relevante ainda que os educadores se informem e o utilizem em sua prática profissional.

Metodologia e resultados

Este trabalho realizou uma pesquisa de cunho qualitativo, partindo de entrevistas com doze professores da rede pública municipal de Contagem, MG, que lecionam no 9º ano do ensino fundamental. A opção pela pesquisa qualitativa se justifica por ser capaz de fornecer uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais, pressupondo o caráter subjetivo da ação social (HAGUETE, 2005). Além disso, o uso de fontes primárias abre a possibilidade de se construir modelos que atendam às necessidades mais específicas da investigação, sendo adequado a uma melhor apreensão das opiniões e declarações dos professores.

Ele é parte de uma pesquisa de mestrado, em andamento, que entrevistou professores acerca da reprovação escolar. Durante as entrevistas, os professores responderam à questão “*De que forma o Ideb é discutido nesta escola?*”, que procurou apreender o conhecimento e familiaridade com o Ideb, bem como a utilização do índice em seu trabalho pedagógico. As entrevistas ocorreram na própria escola, nos horários em que os entrevistados estavam fora de sala de aula. Foram realizadas de forma individual e gravadas para posterior transcrição, em um processo amplamente utilizado nas pesquisas em educação (ZAGO, 2003).

Após a realização e transcrição das entrevistas, o procedimento seguinte foi desua análise. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, por meio da codificação e da categorização das informações em três categorias principais, o que está demonstrado no Quadro 1. A primeira categoria diz respeito à forma como o entrevistado tomou conhecimento do Ideb da escola, a segunda categoria percebe o entendimento dos docentes sobre os índices relacionados ao Ideb da escola, e a terceira categoria analisa a utilização do Ideb no trabalho pedagógico.

Quadro 1 - Categorização das respostas dos professores entrevistados

Categoria	Subcategoria	Unidade de contexto	Unidade de registro
Conhecimento do Ideb	Secretaria de educação		...foi a assessora (Seduc) que passou isso pra pedagoga A assessora traz pra gente ...quando vem lá da secretaria
	Diretor	Meio pelo qual o professor entrevistado toma conhecimento do Ideb da escola - se houve divulgação pela equipe gestora ou se fez uma pesquisa própria	A diretora fala pra gente A direção sempre fala ...a direção divulga os resultados
	Pedagogo		Todo ano, as [pedagogas] trazem pra gente A gente tem uma pedagoga, ela cobra muito A pedagoga conversa muito sobre isso, realmente
	Pesquisa própria		—
Índices	Nota		Bom, a gente é informado da nota, sempre que sai. ...a gente tem conhecimento da nota da escola Olha, a gente só ouve falar na hora que chega a nota. Essa escola saiu de um Ideb 2.7 pro 9º ano, e está em 4.6 ...trazem pra gente o resultado da escola
	Meta	Que índices relacionados ao Ideb, como os seus resultados e o fluxo escolar, o entrevistado demonstra já ter tido algum contato	Tem as metas, também, não tem isso? Tem...é. Aí a gente sabe se a escola melhorou ou não ...nós temos que brigar muito pra manter a meta ...o resultado da escola né, a média, e a meta dos
	Proficiência		...os índices do Ideb, principalmente naquelas planilhas que a assessora [da Seduc] traz pra gente Olha, a gente tem que melhorar nisso, melhorar naquilo outro
	Fluxo		—
Utilização do Ideb	Avaliação diagnóstica	Em que medida o entrevistado utiliza as informações sobre a escola, constantes no Ideb, para diagnosticar dificuldades no trabalho com os estudantes ou mesmo participar/propor projetos pedagógicos que considerem tais dificuldades	...a direção divulga os resultados, onde que tem que melhorar, onde que tá bom A gente tem aqui que tem essa visão, de amarrar as coisas, ela tem medo de perder esse foco pedagógico
	Projetos		...a gente tenta melhorar a nota do Ideb através desses projetos Tem meninos que precisam de intervenção, que precisam de apoio porque o aluno é avaliado externamente

A primeira análise diz respeito a de que forma cada professor tomou conhecimento do Ideb da escola onde trabalha. Isto é, se ele realizou algum tipo de pesquisa por conta própria, se foi informado na escola pelo diretor, pelo pedagogo/supervisor, ou se a informação foi divulgada pela secretaria municipal de educação, por meio dos assessores pedagógicos². Essa informação, por si só, já é um indicativo da postura de cada docente com relação ao uso pedagógico do Ideb, pois é de se esperar que o professor que tenha essa prática incorporada à sua rotina procure se informar sobre os índices e valores da escola e das turmas com as quais trabalha. E nesse sentido, é significativo que nenhum professor tenha declarado realizar esse estudo por conta própria. A divulgação dos dados partindo da secretaria de educação (pela assessora pedagógica) pode indicar, ainda, um acompanhamento mais sistemático do Ideb pelo órgão, orientando a escola no sentido de se planejar com currículo e avaliações que privilegiem a melhoria das notas no índice. A fala de um professor foi nesse sentido, quando disse que

A discussão é essa, quando vem lá da secretaria. A direção fala, está cobrando que está perdendo isso ou aquilo por causa do Ideb, mas uma discussão mesmo, o que a gente vai fazer, mesmo... eu não vejo, entendeu. 'Gente, tem que trabalhar, fazer isso... aquilo... pro Ideb'

Ainda, dos doze professores entrevistados, quatro disseram que o diretor da escola divulgou o Ideb para a equipe. Outros quatro profissionais ficaram sabendo dos números da escola por intermédio da pedagoga/supervisora, que tomou essa iniciativa e divulgou os índices para todos. Como nos relata um professor,

Normalmente, a supervisora (pedagoga) vai passando para a gente né. Ela olha o Ideb, como foi o do ano passado, o desse ano, aí ela vai discutindo com a gente, mostrando o que melhorou ou piorou [...].

Cabe ressaltar que um professor disse não saber nada sobre o Ideb da escola, nem se essa informação havia sido divulgada por algum dos profissionais acima citados.

A pesquisa examinou também em que medida os professores dominam os principais índices relacionados ao Ideb – notas, metas, proficiências e fluxo – e se são familiarizados com esses números, o que pode evidenciar que são operacionalizados de forma rotineira

² O assessor escolar é um cargo de lotação na secretaria de educação, preenchido por pedagogos que auxiliam as escolas no planejamento pedagógico e orientam as equipes pedagógicas sobre as diretrizes educacionais, inclusive visitando periodicamente as instituições.

por eles. As notas variam de zero a dez e são os valores mais conhecidos do Ideb pela sociedade e comunidade escolar, chegando mesmo a ser referida como sinônimo do Ideb. As metas são as expectativas a serem alcançadas, em termos de notas, na próxima avaliação, ou seja, daí a dois anos; tem sido mais comum discutir as metas após a divulgação do Ideb daquele ano, de modo a avaliar se a escola as alcançou ou não. As proficiências indicam as notas de cada aluno nos testes de língua portuguesa e de matemática. O Inep disponibiliza, para consulta, as proficiências médias das turmas, escolas, municípios, Estados e do país. Por fim, o fluxo se refere ao percentual de aprovação, reprovação e abandono de cada escola, de forma a traçar um perfil comparativo ao longo dos anos: a escola tem aprovado mais ou menos; reprovado mais ou menos; ou mais estudantes estão evadindo da instituição, por exemplo.

Com relação às notas do Ideb, onze dos doze entrevistados disseram conhecer a nota da escola onde trabalha, mesmo que alguns não soubessem no momento da entrevista (o que não era o objeto da questão). Como dito, as notas são os valores mais conhecidos do Ideb, e as respostas dos professores aconteceram nesse sentido, pois quase todos já tiveram contato com ela. Apesar disso, a informação fica condicionada a algum outro profissional da escola ou ligada a ela – direção, pedagogo ou assessor – divulgá-la no ambiente escolar.

As metas são índices que os professores, aparentemente, não conhecem tão bem como as notas. Alguns relataram que a conhecem e que estão cientes da distância entre as notas e as metas a serem alcançadas. Outros entrevistados até têm noção das metas, mas nunca as pesquisou ou ao menos sabe se a escola onde trabalha está abaixo ou acima das últimas metas propostas. Uma das professoras conta que

Tem as metas, também, não tem isso? Tem...é. Aí a gente sabe se a escola melhorou ou não, ela [a pedagoga] mostra um gráfico e tudo o mais. Mas eu, pra falar a verdade, nunca peguei... pra ler mesmo, pra acompanhar.

Já a proficiência em língua portuguesa e matemática é algo que quase todos os entrevistados desconhecem. Apenas duas professoras demonstraram alguma familiaridade com o índice. A primeira relatou que as médias foram informadas pela assessora pedagógica da secretaria de educação, que trouxe esses dados já consolidados

e divulgou entre as pedagogas da escola, que posteriormente repassaram aos docentes. Entretanto, não houve nenhum tipo de trabalho a partir disso; as médias não foram base para uma avaliação da escola, pois o assunto não passou da reunião em que houve tal divulgação. A segunda professora disse que a pedagoga dá atenção ao índice,

A [pedagoga] conversa muito sobre isso, realmente. Assim, eu sei, por exemplo, que a nossa nota, daqui da escola, tá bem próxima da nota das escolas das melhores regiões de Contagem, eu acho bom... a gente conseguiu alcançar a meta, tem conseguido sempre.

Essa constatação se aproxima de outras pesquisas (CERDEIRA, 2013; COELHO, 2008) que também descrevem o pouco ou nenhum conhecimento das proficiências aferidas pela Prova Brasil, por parte dos profissionais da educação de modo geral. Como esses dados não estão disponíveis de forma simplificada para o público, o tratamento dos dados e a divulgação ficam exclusivos aos gestores dos sistemas de ensino, quando acontece. E a reflexão sobre a evolução das proficiências ao longo das avaliações pode se revelar um valioso instrumento de avaliação dos estudantes da escola, bem como diagnosticar dificuldades de aprendizado, de onde a escola pode partir definindo projetos ou intervenções.

O fluxo escolar é uma informação desconhecida dos professores. Nenhum dos entrevistados relacionou as taxas de reprovação e abandono escolar ao Ideb. Na verdade, aparentemente cada professor conhece apenas o percentual de reprovados das turmas em que leciona, não relacionando essa informação ao Ideb ou mesmo à escola como um todo. Um dos professores, inclusive, levantou a questão de uma possível pressão do governo para que essas taxas se mantenham baixas.

Olha, sempre... assim... sempre tem essa discussão, mas de maneira mais superficial mesmo. Porque no fundo, no fundo, o governo quer que aprove todo mundo, é essa impressão que a gente tem, é essa pressão que eles passam pra gente. A gente discute de maneira meio que superficial.

É importante, entretanto, esclarecer que essa fala foi de apenas um entrevistado, e que nenhum outro relacionou as taxas de reprovação a uma suposta influência da gestão municipal.

A pesquisa também procurou compreender até que ponto os docentes entrevistados utilizam o Ideb e seus índices no trabalho pedagógico dentro das escolas, ou até que ponto isso seria uma prática existente na escola como um *corpus*. A primeira categoria analisada se referiu à avaliação diagnóstica. Dos doze professores, apenas dois se referiram aos índices do Ideb como sendo fonte de avaliação e reflexão, por parte da escola, sobre o desempenho dos alunos. É ilustrativa a fala de uma professora, quando relata que

Nossa, tem hora que acho que é até demais aqui. A gente tem uma pedagoga, ela cobra muito. Demais. Assim, ela é uma das poucas profissionais que a gente tem aqui que tem essa visão, de amarrar as coisas, ela tem medo de perder esse foco pedagógico. Ela percebe isso com muita clareza, ela exige, não abre mão de reunião pedagógica.

O restante dos entrevistados não vê o Ideb como uma fonte de avaliação do desempenho e do aprendizado dos alunos, apenas como uma nota que coloca a escola em uma determinada posição. Ainda assim, a utilização diagnóstica do índice parte da pedagoga.

Sobre a elaboração de projetos, os resultados são parecidos. Os docentes não utilizam tais informações como base para que se trabalhe com os alunos algum tipo de reforço escolar, de intervenção nos conteúdos de maior dificuldade ou de projetos com o intuito de se alcançar metas propostas para os próximos testes. Apenas duas professoras fizeram menção a um projeto pedagógico, que a escola realiza, e que parte do diagnóstico explicitado pelos índices. Nesses casos, a expectativa do sucesso dos projetos se revelou mais ligada à melhoria do Ideb no futuro do que a uma intervenção dos alunos que têm um desempenho insuficiente.

Conclusões

Os sistemas de ensino, com o objetivo de avaliar de forma padronizada e ao longo do tempo a qualidade da educação, têm cada vez mais aderido às avaliações externas, realizadas em larga escala. No Brasil, o Saeb cumpre essa função, e vem se popularizando como uma fonte de pesquisa acadêmica no campo educacional, também sendo utilizado gradativamente pelo Estado, em políticas públicas na educação. O Ideb, seu indicador mais conhecido, tem se popularizado como medida do desempenho educacional nas

unidades e sistemas escolares, sendo divulgado nos órgãos públicos, nas escolas e mesmo na mídia, de forma que a sociedade se familiarizou com seus números.

Apesar disso, muitos profissionais da educação não dominam e não utilizam o Ideb na sua prática pedagógica. Calculado a partir dos dados sobre a proficiência dos estudantes em língua portuguesa e matemática, associada ao fluxo escolar, o Ideb pode se mostrar uma ferramenta útil para a avaliação do aprendizado das escolas, para o planejamento pedagógico e para o acompanhamento das taxas de reprovação e abandono. No entanto, os professores entrevistados quase não conhecem esse potencial, aparentemente não se envolvem na utilização de tais informações. É necessário que a educação pública comece a fazer a reflexão no sentido de aproximar as avaliações externas em larga escala – e seus indicadores, como o Ideb – da formação e da prática docente, adicionando instrumentos de avaliação escolar ao cotidiano do trabalho de professores, pedagogos e gestores das escolas brasileiras.

Referências

BONAMINO, A.; FRANCO, C. Avaliação e política educacional: o processo da institucionalização do SAEB. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, n. 108, p. 111-132, nov. 1999.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CERDEIRA, D. G. S. A recepção das políticas de avaliação externa pelos gestores escolares: uma análise dos municípios do Rio de Janeiro e Duque de Caxias. *XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação - ANPAE*. Recife/PE, 2013.

CERDEIRA, D. G. S. Apropriações e Usos de Políticas de Avaliação e Responsabilização Educacional pela Gestão Escolar. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

COELHO, Maria Inês de Matos. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008.

FERNANDES, R. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FREITAS, L. C. Qualidade negociada: regulação e contra-regulação na escola pública. *Educação e Sociedade*. Campinas CEDES, v. 26, n. 92, p. 911-933, out. 2005.

SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Análise dos pressupostos educacionais e estatísticos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). *Educação e Sociedade*, 2012.

VIANNA, E. M. Avaliações Nacionais em Larga Escala: análises e propostas. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 27, 2003.

ZAGO, N. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia (orgs.). *Itinerários de pesquisa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.